



Resumo de Notícias

03/05/2016 - Sinttel-ES

Apesar do lucro, Telefônica Brasil (Vivo/GVT) não se importa com empregados

A comissão de negociação da Fenattel (Federação que congrega 21 sindicatos de Trabalhadores em Telecomunicação) se reuniram com representantes da Vivo para tratar de pendências e solução de problemas com o plano de saúde, jornada de trabalho, PPR, entre outros. A reunião aconteceu em 14 e 15 de abril de 2016, mas sem que – a maior operadora de telefonia no Brasil, que teve um lucro estupendo neste 1º trimestre, na casa dos R\$ 1,22 BILHÕES (aumento de 179,3%) – desse uma resposta razoável para os/as empregados/as.

Na reunião muitas reclamações foram colocadas na mesa pela Comissão dos Trabalhadores, a maioria delas oriunda de questionamentos feitos pela categoria:

1) BEFLEX: a empresa apresentou o novo programa, explicou as modificações, porém faltaram algumas informações importantes para a continuidade das discussões. São elas:

- Como será feita a distribuição de pontos para todos os trabalhadores?
- Quais são os valores ou pontos de cada benefício?
- Em caso de Upgrade nos benefícios, quais os valores que o trabalhador deverá pagar a mais?
- Em caso de downgrade, quais os valores ou pontos que os trabalhadores terão direito?

Para o Sinttel-ES, é necessário considerar que todos tinham benefícios iguais, sendo assim, a pontuação deverá ser igual para todos. “Também insistimos na transparência dos critérios de distribuição da pontuação. Não concordamos com cobrança de franquias e procedimentos Gastroplastia e Dermolipectomia devem continuar sem cobrança conforme ocorria antes” afirma Rita Dalmasio, diretora Jurídica do Sinttel-ES.

2) Jornada de trabalho do setor de campo: A Comissão cobrou um posicionamento urgente em relação a esse assunto, pois a empresa se comprometeu no Acordo Coletivo que o tema seria discutido para encontrar a melhor solução. A empresa informou que ainda não terminou o estudo, que o tema é comple-

to, pois envolve todo o país.

3) PPR 2016: a empresa informou que estão terminando as discussões internas sobre o tema.

4) Plano de Saúde:

A empresa fez apresentações. Para o Sinttel-ES, a empresa quer negociar, porém não oferece nada além das apresentações dos Planos, apresentações estas, que deveriam ter sido realizadas antes das mudanças. Apesar das duas apresentações da empresa sobre os planos Unimed e Amil, o sentimento é de perda das melhores condições que tem o Plano anterior, principalmente com relação a discriminação de um plano para cada tipo de público (ADM, Lojas, Campo e Teletendimento) e ainda por Estado, quando a empresa alterou o plano dos ADM de SP e RJ para o 3 – ISONOMIA pelo menos com relação a saúde. Aqui no ES, no Plano 2, o empregado tem que decidir se quer REDE credenciada ou se quer REEMBOLSO, por exemplo, porque um plano oferece rede e outro a garantia de reembolso, conforme condição garantida no plano anterior Bradesco. Também com as mudanças proposta teremos que passar a pagar franquia para ter direito a vários procedimentos e para novas empregadas admitidas, o plano só cobrirá parto e UTI Neonatal após um ano de empresa.

Além disso, não concordamos com tabela à parte para cobrança dos inativos, mas negociar para que os ex-empregados paguem 100% do valor que a empresa na época do desligamento paga a operadora do plano por vida.

Também alguns cargos da GVT não podem fazer opção pela operadora do plano de saúde, sendo imposto a AMIL a qual não atende bem quanto a rede credenciada no ES. Não podem discriminar novas empregadas, lhes impondo não cobertura para parto e UTI Neonatal antes de 12 meses de trabalho.

O Sinttel lembra que no dia 16 de fevereiro, o juízo da 2ª Vara do Trabalho decidiu dar uma antecipação de tutela para que a Telefônica Brasil/Vivo se abstenha “de perpetrar qualquer alteração nos atuais planos de assistência médica e odontológica, até ulterior autorização firmada por acordo coletivo de trabalho.”



Resumo de Notícias

A Juíza Márcia Leibel determinou que a Telefônica Vivo mantenha as mesmas condições do plano de saúde/odontológico, já praticadas na vigência do ACT 2014/2015, até que novo acordo coletivo seja celebrado, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos legais estabelecidos nos artigos 273 e 461 do Código de Processo Civil.

As pendências do Plano de Saúde, BEFLEX, PPR e Jornada de Trabalho deverão ser tratadas em uma nova reunião que ocorrerá em maio.

5) Entrega de aparelho celular para trabalhadores oriundos da GVT: A Vivo esclareceu que a partir do dia 15/04/2016 divulgará o cronograma com a entrega dos chips (sincard), que deverá iniciar em maio. Já a entrega dos aparelhos será entre os meses de maio a julho, visto que demandará mais tempo devido a quantidade de elegíveis;

6) Vacina da gripe: a empresa informou que a vacina será disponibilizada somente para os trabalhadores. Previsão para liberação da vacina: maio. O Sintetel insistiu para que o fornecimento fosse extensivo aos dependentes.

7) Concessão de PPP: a empresa informou que só fornece esse documento aos trabalhadores que atuam em área de risco elétrico, pois ele só tem validade para aposentadoria. Portanto, só disponibiliza para quem trabalhava em área de risco até 1998, data em que houve mudança na legislação. O Sinttel não aceita essa discriminação, pois o PPP é um documento deve ser entregue a todos os empregados que o queiram.

8) Fornecimento de combustível para área de campo: o Sindicato reivindicou uma

revisão da forma de concessão, pois alguns trabalhadores informam que o combustível disponibilizado não é suficiente para a realização do trabalho da semana. A empresa ficou de apurar e enviar posicionamento.

9) Problemas com gestores da área de campo: trabalhadores de São Paulo e de outros estados estão reclamando que alguns gestores atuam de forma desrespeitosa para com os trabalhadores. Ameaças de demissão, tratamento diferenciado entre os trabalhadores, punições seletivas, além de práticas antissindicaais são constantes. O RH está investigando os casos.

10) Venda de Torres de Antenas: a Vivo informou que o negócio será assumido pela empresa Telsius. Por esse motivo, os trabalhadores serão transferidos para referida empresa, a qual faz parte do grupo, respeitando-se as condições previstas no atual Acordo Coletivo de Trabalho. O Sinttel quer saber sobre a migração dos empregados para a TELSIUS, quais serão as áreas que migraram?

11) Equiparação Salarial: muitos trabalhadores reclamam que realizam a mesma função que outros, porém com salários inferiores. Tal prática fere o princípio da isonomia salarial. Alguns casos já estão sendo analisados pela empresa.

12) – Representação das prestadoras – A empresa informou que todas as empresas contratadas foram orientadas a seguir os ACTs e CCTs firmados com os sindicatos. Aqui no ES nenhuma está seguindo a Convenção, por isso, o Sinttel está providenciando ação judicial que obrigue tais empresas ao cumprimento.

Colaboração de Sintetel-SP



Resumo de Notícias

04/05/2016 - Tânia Trento

Sinttel-ES abre Campanha Salarial na Localcred

Sinttel-ES dá o pontapé rumo à renovação do Acordo Coletivo

Assembleia dia 05/05 – Quinta-feira, 13 horas e 16h30min, no auditório do Sinttel-ES.

Assembleia dia 05/05 quinta, às 13 e às 16h30

Início da campanha salarial na Localcred

Participe!

**FORTALEÇA O SEU SINDICATO.
AS FORÇAS POLÍTICAS QUE PRETENDEM
DAR O GOLPE QUEREM TIRAR OS
DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA!**

SINTTEL-ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

Pauta: Discussão e aprovação da pauta de reivindicações para o ACT 2016/2017

Oslide57 Sinttel-ES (Sindicato dos/as Trabalhadores/as em Telecomunicações do ES), que representa os/ as teleatendentes e operadores/as de call centers de todo o Estado convoca os/as empregados/as da Localcred para uma assembleia importante. Vamos iniciar a Campanha Salarial 2016/2017.

É o momento de negociar reajustes nos salários e benefícios que estão no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em vigor, até que outro seja aprovado pelos/as trabalhadores/as.

Por que é importante sua participação na campanha?

Estamos atravessando um momento político conturbado, em que não temos nenhuma garantia que nossos direitos serão preservados, caso a dupla de golpistas Cunha/Temer assumam o governo.

Os governos Lula e Dilma promoveram distribuição de renda e ampliaram as garantias sociais com programas que visaram atender necessidades dos traba-

lhadores e das classes sociais mais pobres. Mas não é esse o propósito do Eduardo Cunha que arquitetou todo o golpe.

O que se sabe até agora é que o vice-presidente Michel Temer pretende sacrificar a classe trabalhadora, cortando direitos para sair da crise. Ele já disse que, se assumir, vai privilegiar a iniciativa privada. Isso significa que vai ajudar os empresários.

Diante disso, nossa união é necessária para resistir aos ataques que, certamente, virão, pois há vários projetos no Congresso Nacional que retiram direitos dos trabalhadores.

Crise na Economia

Além do futuro incerto na política, tem a crise econômica, com desemprego e inflação. Tudo isso precisa ser enfrentado pelos trabalhadores e trabalhadoras. Não é justo que os políticos corruptos roubem o país e que os assalariados ainda paguem por isso! Compareça! Será no auditório do Sinttel-ES.

Veja o boletim que o Sinttel-ES distribuiu na sua empresa.



Resumo de Notícias

CANAL DE VOZ

**SINTTEL-ES**

Informativo do Sinttel-ES nº 823 www.sinttel-es.org.br 02/05/2016

**Localcred**

Sinttel-ES dá o pontapé rumo à renovação do Acordo Coletivo

Atenção!

Assembleia dia 05/05 - Quinta-feira
Discussão e aprovação da pauta de reivindicação para o ACT 2016/2017, no Sinttel-ES

13 horas**Escolha o horário que você vai participar****16h30min**

O Sinttel-ES (Sindicato dos/as Trabalhadores/as em Telecomunicações do ES), que representa os/as teleatendentes e operadores/as de call centers de todo o Estado convoca os/as empregados/as da Localcred para uma assembleia importante. Vamos iniciar a Campanha Salarial 2016/2017.

É o momento de negociar reajustes nos salários e benefícios que estão no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em vigor, até que outro seja aprovado pelos/as trabalhadores/as.

Por que é importante sua participação na campanha?

Estamos atravessando um momento político conturbado, em que não temos nenhuma garantia que nossos direitos serão preservados, caso a dupla de golpistas Cunha/Temer assumam o governo.

Os governos Lula e Dilma promoveram distribuição de renda e ampliaram as garantias sociais com programas que visaram atender necessida-

des dos trabalhadores e das classes sociais mais pobres. Mas não é esse o propósito do Eduardo Cunha que arquitetou todo o golpe.

O que se sabe até agora é que o vice-presidente Michel Temer pretende sacrificar a classe trabalhadora, cortando direitos para sair da crise. Ele já disse que, se assumir, vai privilegiar a iniciativa privada. Isso significa que vai ajudar os empresários.

Diante disso, nossa união é necessária para resistir aos ataques que, certamente, virão, pois há vários projetos no Congresso Nacional que retiram direitos dos trabalhadores.

Crise na Economia

Além do futuro incerto na política, tem a crise econômica, com desemprego e inflação. Tudo isso precisa ser enfrentado pelos trabalhadores e trabalhadoras. Não é justo que os políticos corruptos roubem o país e que os assalariados ainda paguem por isso? Compareça! Será no auditório do Sinttel-ES.



10 projetos no Congresso que atacam direitos e a democracia

Deputados federais e senadores terão na agenda um pacote com ao menos 10 projetos muito polêmicos. A lista faz de 2016 um ano essencial na atuação dos movimentos sindical e sociais em defesa da democracia, da manutenção de direitos e contra o conservadorismo.

Em entrevista, o analista político do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) Antônio Augusto Queiroz, o Toninho, avaliou que a temática trabalhista deve tomar o lugar dos temas ditos sociais na agenda do parlamento.

Isso, porém, não significa que assuntos como a lei antiterrorismo, o Estatuto do Desarmamento e a privatização das estatais saiam de cena. A depender da pressão que sofrerá, Cunha pode jogar no quanto pior melhor, ao lado da oposição, que busca desgastar o governo federal com uma agenda negativa.

A CUT avalia que o sucesso ou fracasso de cada um dos pontos passa diretamente pela capacidade de mobilização da classe trabalhadora.

Estatuto da Família (PL 6583/2013)

Autor: deputado Anderson Ferreira (PR-PE)

Resumo: determina que a família é formada exclusivamente por homens e mulheres e exclui, portanto, casais LGBTs desse conceito

Situação: aprovado por comissões, aguarda a resposta ao recurso do PT, que é contra o texto ser incluído na pauta da Câmara.

Perspectiva: desde que se readotou o poder terminativo para aprovação projetos, foram apresentados centenas de recursos e poucos foram apreciados. Não faria sentido votar esse texto furando a fila em detrimento dos demais. Mas, se for votado, tem a tendência de ser aprovado.

Maioridade Penal (PEC 171/1993)

Autor: deputado Benedito Domingos (PP-DF)

Resumo: reduz a maioridade penal para 16 anos

Situação: aprovado na Câmara, está agora no Senado.

Perspectiva: o Senado não aprova e vai optar por modificar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), aumentando o tempo de reclusão e, eventualmente, retirando a condição de primário do até então menor de idade.

Lei Antiterrorismo (PL 2016/2015)

Autor: Poder Executivo

Resumo: altera a lei para reformular o

conceito de organização terrorista

Situação: aprovado na Câmara, já foi modificado pelo Senado e volta à Câmara.

Perspectiva: da forma como está redigido, pode permitir que manifestações de trabalhadores possam ser entendidas como um atentado à estabilidade democrática. O movimento sindical precisa pressionar o governo para que imponha vetos a artigos com o objetivo de impedir que a definição de terrorismo alcance manifestações populares. A tendência é que seja aprovado como está.

Criminalização da vítima de violência sexual (PL 5069/2013)

Autores: deputado Eduardo Cunha e outros

Resumo: abre brechas para punir qualquer pessoa que oriente o uso de método contraceptivo e preste orientações sobre o aborto legal definido pela Constituição

Situação: Aguarda inclusão na pauta da Câmara.

Perspectiva: Esse projeto deve perder densidade, caso Cunha seja afastado. Não tem apoio político suficiente para, sem ele, ser pautado. Depende de alguém muito conservador, mas a tendência é que não passe pelo colégio de líderes da Câmara.

Terceirização (PLC 30/2015)

Autor: deputado Sandro Mabel

Resumo: permite a terceirização sem limites

Situação: o projeto é a continuidade do PL 4330, aprovado na Câmara, e aguarda votação no Senado

Perspectiva: tinha a tendência de ser rejeitado pelo relator, senador Paulo Paim (PT-RS). Mas começa a haver sinalização de que o Renan Calheiros (presidente do Senado) não vai mais dar o tempo que se imaginava para discuti-lo. Senado deve retirar a atividade-fim e aprová-lo, independente do parecer do Paim. O risco é o texto voltar à Câmara, onde há muitos parlamentares eleitos com recursos de empresários que pressionam pela aprovação da matéria.

Altera participação da Petrobrás na exploração do pré-sal (PLS 131/2015)

Autor: senador José Serra (PSDB-SP)

Resumo: retira a obrigatoriedade da Petrobrás como exploradora exclusiva do pré-sal

Situação: aguarda votação no Senado

Perspectiva: a tendência é que seja aprovado, ainda que possa haver mudança no seu conteúdo para que a condição da Petrobrás, como operadora única, seja facultativa e não mais obrigatória.

Estatuto do desarmamento (PL 3722/2012)

Autor: deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC)

Resumo: facilita a aquisição e o porte de armas de fogo

Situação: aguarda inclusão na pauta da Câmara

Perspectiva: tema deve ser de votação muito apertada na Câmara. Mas, no Senado, a tendência é que esse projeto mude radicalmente para que o desarmamento geral seja impedido. O estatuto foi ideia do Renan Calheiros, ele liderou o processo. O problema é que a matéria volta à Câmara, se houver alteração, onde a bancada da bala é muito forte. Após isso, só restará o veto da presidenta.

Privatização das Estatais (PLS 555/2015)

Autor: substitutivo aos projetos de lei do Senado 167/2015, dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), e 343/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG); e do anteprojeto apresentado por Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Resumo: permite a venda e participação do capital privado em empresas estatais como Correios e Caixa Econômica

Situação: aguarda apreciação do Senado

Perspectiva: como parte da Agenda Brasil, proposta pelo Senado, tem altíssima chance de aprovação já que, segundo o Jereissati, conta com apoio do atual ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Com neutralidade do governo, apoio do poder econômico para terceirizar e o líder do PSDB comandando, é o que conta com maior chance de aprovação dessa lista.

Flexibilização do Conceito do Trabalho Escravo (PLS 432/13)

Autor: Romero Jucá (PMDB-RR)

Resumo: desconfigura e ameniza o conceito de trabalho escravo

Situação: retirado da pauta do Senado após pressão dos movimentos sociais, passará por todas as comissões do Senado

Perspectiva: há várias iniciativas na Câmara e no Senado para modificar o Código Civil e dar conteúdo semelhante ao que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) prevê e que é mais brando do que a legislação brasileira. Tema tem apelo popular contrário e pode cair, mas dependente também da sinalização do governo, que ainda não se manifestou.

Redução da idade de trabalho (PEC 18/2011)

Autor: Dilceu Sperafico (PP-PR)

Resumo: autoriza o trabalho de regime parcial a partir dos 14 anos

Situação: está na CCJ (Comissão de Constituição Justiça e Cidadania da Câmara) e aguarda aprovação

Perspectiva: A PEC exige 308 votos, fórum qualificado. Não é um assunto que mobilize todas as bancadas conservadoras e não deve ir a plenário, porque depende da constituição de uma comissão especial, que consumiria 40 sessões.



Resumo de Notícias

04/05/2016 - Sinttel-ES

Telefonistas vão avaliar proposta do Seaces

O Sinttel já convocou todas as telefonistas para participarem da assembleia de apreciação da proposta negociada com as empresas, nesta quinta-feira, dia 05/05.

A convocação foi feita pelo e-mail e também por telefone, com o envio da proposta apresentada pelo Sindicato das Empresas (Seaces), já que estas profissionais trabalham em agências bancárias e muitas estão em cidades distantes da capital. Mesmo assim, o Sindicato vai realizar as assembleias em três horários, para facilitar o comparecimento: às 08:30, 10:00 e 18:00 horas.

A proposta das empresas, foi negociada pelo Sinttel e e visa a renovação das cláusulas econômicas da atual Convenção Coletiva que tem validade até 2017.

Foram realizadas duas rodadas de negociação e a proposta discutida com o Seaces é a seguinte:

1) Reajuste salarial

Aumento de 10% nos pisos passando o atual valor de R\$1.487,00 para R\$ 1.635,70 para jornada de 6 horas; e para jornada de 4 horas, o piso passa dos atuais R\$ 994,73

para R\$ 1.094,20.

2) Reajuste nos valores da alimentação/refeição

Aumento de 6% e alteração na forma de pagar os benefícios Cesta básica e Auxílio-alimentação/Refeição. Se houver aprovação da proposta estes dois benefícios passarão a ser um só: Auxílio-Alimentação/Refeição e com a participação dos/as empregados/as em 10%. Hoje, somando os dois valores que são pagos, chega-se a R\$ 232,63, valor líquido (já feito os descontos).

Pela proposta negociada com o Seaces ficará assim: valor diário de R\$ 12,73 num único crédito no valor mensal de R\$ 280,00, com desconto máximo de 10% (representa R\$ 28,00). Com isso, o valor líquido será de R\$ 252,00. O reajuste aplicado entre esses dois valores (R\$ 232,63 e R\$ 252,00) significa um reajuste efetivo de 9%.

Cabe ressaltar que, se a provada a proposta, a partir de agora, o Auxílio-alimentação/Refeição será pago por dia efetivamente trabalhado, ou seja caso a pessoa tenha uma falta será descontado somente o dia não trabalhado.

Anatel: “governo nenhum proíbe franquia de banda larga”

O conselheiro da Anatel, Rodrigo Zerbone, voltou a confirmar hoje, 03, durante a audiência pública sobre a franquia da internet no Senado Federal, que a proibição de corte de internet é por tempo indeterminado, até que o conselho diretor da agência se manifeste sobre a questão. E que o grupo de trabalho a ser constituído esta semana para subsidiar a decisão, já anunciado, será composto, além de representantes dos consumidores e das empresas, por membros da academia, e por representantes dos diferentes poderes – Legislativo e Judiciário.

Zerbone assinalou que a oferta de diferentes pacotes de banda larga está assegurada na Lei Geral de Telecomunicações, visto que este é um serviço privado de telecomunicações, onde “ não existe controle de preço ou controle de negócios” .

Disse que em todos os países há a convivência dos dois modelos de negócios: o de franquia e o de consumo ilimitado. Mas que não tem conhecimento de que em qualquer país fosse adotada uma proibição explícita do governo para qualquer dessas ofertas.

O conselheiro da Anatel disse ainda que até a publicação da cautelar não havia discussão sobre a ilegalidade da franquia. “ O compromisso da Anatel é tratar o tema com a máxima transparência, contando com a participação de todos, da sociedade civil e dos consumidores” , afirmou.

Preços

Zerbone reagiu ainda às duras acusações feitas pelo presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, de que a Anatel seria mais parecida com o “ sindicato das operadoras” do que com agência reguladora.

Assinalou que, por ação da Anatel, os preços e tarifas de serviços de telecomunicações são os únicos regulados cujos valores estão bem abaixo de qualquer indicador inflacionário; que o Brasil tem o mais extenso programa de controle de qualidade banda larga feito pelo usuário do mundo, com o controle por mais de 10 mil usuários residências; que a Anatel ganhou reconhecimento do TCU e da CGU em termos de transparência das decisões e normas pró-consumidor, entre outros.



Resumo de Notícias

04/05/2016 - RBA

MPF cobra R\$ 155 bi para reparar danos do rompimento da barragem da Samarco

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou ontem (3) o teor de uma ação civil pública para reparação total dos danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco. A tragédia, que ocorreu no dia 5 novembro de 2015, em Mariana (MG), deixou 19 mortos, causou destruição da vegetação nativa e poluiu a bacia do Rio Doce. Os procuradores estimam em R\$ 155 bilhões o valor dos prejuízos.

A ação impetrada na Justiça Federal tem 359 páginas e inclui mais de 200 pedidos. Os procuradores voltaram a se colocar contra a homologação judicial do acordo entre as mineradoras, o governo federal e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Segundo eles, as medidas são insuficientes. O acordo prevê o aporte de aproximadamente R\$ 20 bilhões ao longo de 20 anos, um valor bem inferior aos R\$ 155 bilhões pedidos na ação.

Segundo o procurador José Adércio Sampaio, para o cálculo dessas cifras foi escolhido um caso emblemático que pudesse servir de comparação. A opção se deu pela explosão da plataforma Deepwater Horizon, da empresa petrolífera British Petroleum, em 2010, no Golfo do México. No episódio, 11 pessoas morreram e cerca de 4,9 milhões de barris de óleo vazaram para o mar. "Com base em estudos preliminares, concluímos que os impactos humanos, econômicos e socioambientais da tragédia de Mariana são, no mínimo, equivalentes àqueles verificados no Golfo do México", disse Sampaio. No ano passado, a British Petroleum, em laudo divulgado em seu site, reconheceu os danos no valor de US\$ 43,8 bilhões que, convertidos em reais, daria os R\$155 bilhões.

Os promotores reiteram se tratar de um valor estimado, que deverá ser melhor definido a partir de diagnóstico realizado por técnicos independentes. "Os estudos ainda não retratam na plenitude a extensão do dano. Precisaremos de diagnósticos de pelo menos dois anos hidrológicos para ter convicção acerca dos prejuízos. Por isso, a ação aponta uma estimativa. Mas se os danos são equiparáveis à tragédia do Golfo

do México, não me parece crível que o meio ambiente em outro país seja mais valioso que o nosso", acrescentou Sampaio. Os técnicos também seriam os responsáveis por propor um cronograma de ações de reparação, recuperação e indenização socioambientais.

Os custos do prejuízo seriam arcados pela Samarco e por suas acionistas Vale e BHP Billinton, sem distinção. "A responsabilidade é das três. A Vale, inclusive, depositava rejeitos na barragem, iniciativa que segundo os órgãos de fiscalização não era informada corretamente", contou o procurador Jorge Munhós. Segundo a ação, as mineradoras depositariam os recursos em um fundo privado e não participariam da sua gestão. É pedido também um aporte inicial e imediato de R\$ 7,7 bilhões para medidas as serem tomadas nos próximos 12 meses.

O Poder Público também é apontado como responsável solidário pelos danos e poderia ser acionado para arcar financeiramente com os prejuízos. O governo federal, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, e seus órgãos de fiscalização, aparecem na peça como réus. "É uma garantia para os atingidos de que efetivamente haverá a reparação. Um evento dessa magnitude evidencia que houve falha na fiscalização, na concessão das licenças ambientais e na vistoria das barragens", aponta Munhós.

Medidas socioambientais

Além dos R\$ 155 bilhões, a ação pede o pagamento de dano moral coletivo em quantia equivalente a 10% do valor da causa, pelos prejuízos causados à sociedade brasileira e à imagem do país perante o mundo. Outros 10% são solicitados como indenização pelo período que a população ficará impossibilitada de usufruir do meio ambiente, seja para pesca, para lazer ou para atividades econômicas como pecuária e agricultura.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2016/05/mpf-cobra-r-155-bi-para-reparar-danos-do-rompimento-da-barragem-da-samarco-9846.html>